

Domingo

Teresina, 24 de Janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

TCE libera Elmano

O TCE aprovou as contas do prefeito Elmano Ferrer (PTB), no período relativo ao ano de 2012. Era a única pendência que havia para impedir o hoje senador de ser candidato a prefeito em 2016. Antes do TCE, Elmano dizia que as chances de ser candidato eram de 50%. E agora?

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

A OS e o controle dos poderes

Na sentença em que mantém decisão da Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato mandando o Estado suspender o contrato de gestão entre a Secretaria Estadual de Saúde e a Cruz Vermelha, para gestão da Unidade de Pronto Atendimento daquele município, o desembargador Arnaldo Boson Paes, do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região-Piauí (TRT-PI), recorre à fórmula de Montesquieu da separação dos três poderes como base do Estado Democrático de Direito, conforme preceitua a Constituição Federal em seu artigo 1º.

Lembra ele que os poderes são independentes entre si, mas devem exercer, cada qual, o papel de fiscalizador e de controle das ações e medidas dos outros para garantir o respeito à Carta Magna do país. "Constitui função precípua do Poder Judiciário exercer o controle jurídico dos demais poderes, atuando como guardião das regras, princípios e valores constitucionais", assinala. Em outras palavras, cabe ao juiz tomar decisões que possam frear eventuais abusos praticados no âmbito do Executivo e do Legislativo.

Mais do que apontar abusos ou irregularidades no contrato do Estado com a Cruz Vermelha para gestão dos serviços da UPA de São Raimundo Nonato, a decisão do desembargador do TRT-PI, a mesma adotada no início da semana pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF), recoloca em discussão a polêmica da terceirização dos serviços de saúde no Piauí. O caso mais emblemático é o do Hospital Regional de Picos, que está sob gestão de uma Organização Social da Bahia em meio a um longo processo em que são partes, além do Estado e da OS, sindicatos de trabalhadores, Ministério Público do Trabalho e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

A polêmica em torno das gestões das OS não se deve só aos riscos que trazem às garantias de trabalhadores e respeito às regras de contratação do serviço público, ou de prestação de serviços de responsabilidade do poder público. Não custa lembrar que nos últimos meses, eclodiram em vários estados denúncias de desvios bilionários de recursos da saúde via administração de organizações sociais. No Maranhão, um ex-secretário de Saúde e vários outras pessoas foram presas no ano passado.

Como diz Arnaldo Boson Paes em sua decisão, "é certo que o Poder Executivo (...) detém a competência para definição das políticas públicas (...). No entanto, ao exercer sua competência, não está imune ao controle jurisdicional, necessário e legítimo, considerando que todo poder tende a corromper e, quando é absoluto, a corromper absolutamente".

Segunda-feira

Teresina, 25 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Gestores devem mais de R\$ 20 milhões em multas

A pedido da Associação Piauiense de Municípios (APPM), a Assembleia Legislativa e o governador Wellington Dias deram um golpe agora não no Tribunal de Contas do Estado, mas na moralidade

pública, com a lei que reduz em até 80% os valores das multas aplicadas aos gestores que passam por cima das regras básicas de administração pública, entre elas a da prestação de contas. Os

gestores devem mais de R\$ 20 milhões em multas. A lei aprovada na Assembleia e sancionada pelo governador estabelece que os valores das multas aplicadas aos maus gestores pelo TCE têm desconto

de 80% caso sejam pagas integralmente em até 90 dias, 60% se forem pagas em até 120 dias e 50% se forem pagas integralmente em até 180 dias.

● PÁGINA 10 (Zózimo Tavares)

Governo não desiste da terceirização

Apesar dos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e pelo Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI), referentes à transferência da gestão pública de hospitais regionais para organizações sociais (OSs), o Governo afirma que não abrirá mão de implantar o novo modelo no Piauí. A informação é do secretário de Governo, Merlong Solano.

● PÁGINA 3

Governo afirma que não abre mão de gestão de OS em hospitais

O secretário de Governo, Merlong Solano, disse que o modelo de gestão por organização social será implantado em todo estado

CATARINA SANTIAGO
REPORTER DE POLÍTICA

Apesar dos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e pelo Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI), referentes à transferência da gestão pública de hospitais regionais e de outras unidades de saúde do Estado para organizações sociais (OSs), o Governo afirma que não abrirá mão de implantar o novo modelo no Piauí. Segundo o secretário de Governo, Merlong Solano, a gestão de hospitais de referência por organizações sociais, que são entidades privadas sem fins lucrativos, é um processo que continuará em andamento no Estado.

Merlong disse ao Diário do Povo que não há dúvida sobre esse ponto e afirmou que além do Hospital Regional Justino Luz do município de Picos, que opera há três meses sob a administração de uma OS, outros três hospitais do Piauí também adotarão modelo. São eles, os hospitais de Floriano (Hospital Regional Tibério Nunes), o de Parnaíba (Dirceu Arcoverde) e de Bom Jesus (Manoel de Sousa Santos), este último está ainda em estudo. De acordo com o se-



Foto: Wagne Santos

SECRETÁRIO DE GOVERNO, Merlong Solano: modelo atual de gestão dos serviços de saúde não funcionam mais

cretário de Governo, a medida faz parte de uma série de outras ações que irão descentralizar os serviços públicos de saúde de alta complexidade da capital para o interior.

"O governador Wellington Dias optou, a médio prazo, por uma descentralização da alta complexidade no Piauí, para não ficar nessa história de todo mundo vir para Teresina. Alguns hospitais regionais serão progressivamente melhorados para cumprir essas funções de hospitais regionais de alta complexidade. Parnaíba é um caso, Picos é outro, depois Floriano e mais para frente Bom Jesus. Em alguns casos nós identificamos ainda a necessidade da

parte de infraestrutura, de construção de um prédio adequado, com equipamentos também adequados. Quanto à parte de administração de gestão não temos dúvida, o modelo que procuremos implantar, usando Picos, é o da OS", frisou Merlong Solano.

O secretário de Governo admitiu que o Governo aguarda apenas que as "desconfianças" em relação à administração por OS no Piauí desapareçam para que outros hospitais regionais também adotem o mesmo modelo. "O modelo de gestão é que nós estamos decididos a fazer através de OS, começando já agora no hospital de Picos. E aí, depois que

vencermos as desconfianças que existem em relação à OS no Piauí, esse modelo será implantado em outros hospitais regionais. Quanto ao modelo de gestão não temos dúvida", pontuou Merlong.

O gestor ressaltou que a fiscalização da sociedade e das entidades deve acontecer e que nenhum modelo de gestão sozinho faz "milagre". "Fiscalizar a OS é bom. A OS não faz milagre, parcerias público-privadas não fazem milagre, concurso público não faz milagre, a sociedade precisa se capacitar qualquer que seja a modalidade de utilização do recurso público", finalizou o secretário de Governo.

Secretário questiona interpretação do TCE

O secretário da Saúde do Piauí, Francisco Costa, afirmou que a maioria dos questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) sobre o contrato entre Governo do Estado e a organização social Instituto de Gestão e Humanização (IGH) para gerir o Hospital Regional Justino Luz de Picos, é apenas um problema de interpretação. "A avaliação que nós temos é que alguns argumentos do Tribunal são mais uma questão de interpretação", pontuou o gestor.

De acordo com o resultado da auditoria feita pelo Tribunal de Contas sobre o contrato de gestão, que o DP teve acesso com exclusividade, foram identificadas uma série de irregularidades contratuais como falta de economicidade e inadequação do contrato às exigências legais como ter



Foto: Divulgação

SECRETÁRIO DA SAÚDE, Francisco Costa: responderemos todas as dúvidas

um parecer do Conselho Municipal de Saúde do município de Picos dando ciência da aprovação da contratação, entre outros pontos.

O secretário da Saúde, Francisco Costa disse que, apesar de não ter recebido uma notificação oficial do TCE sobre o resultado da auditoria, já encaminhou vários documentos adicionais ao Tribunal

para esclarecer as dúvidas apresentadas pelos técnicos do órgão ao longo do processo de auditoria.

Francisco Costa disse ainda que, além dos documentos já encaminhados ao Tribunal de Contas, a Sesapi deve apresentar a sua defesa final ao TCE no próximo dia 5 de fevereiro. "A gente já está fazendo a defesa, a área técnica já fez

toda a argumentação, a parte da Controladoria (Geral) está fechando para que a da Procuradoria Geral do Estado possa finalizar tudo. Acreditamos que até o dia 4, dia 5 de fevereiro, estaremos encaminhando para o Tribunal de Contas tudo para que ele possa fazer a avaliação", disse o secretário.

O secretário explicou ainda que o novo modelo está sendo adotado para escapar da burocracia de legislações como a Lei de Licitação, nº 8.666 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que segundo ele, "entram" a gestão desses hospitais que precisam de uma resposta rápida diante de suas demandas. Segundo ele, OS não terão esse problema porque poderão contratar pessoal, adquirir novos equipamentos e fazer reparos de forma mais rápida e eficaz. (CS)

Tribunal diz que aguardará defesa da Sesapi

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Kennedy Barros, disse ao Diário do Povo que foi apresentada na sessão do dia 21 de janeiro no TCE a auditoria realizada no contrato que transfere a administração do Hospital Regional de Picos para a organização social Instituto de Gestão e Humanização (IGH). Ele afirma que os conselheiros resolveram aguardar a defesa da Secretaria Estadual da Saúde (Sesapi) antes de se posicionarem sobre o resultado da auditoria que defende a suspensão imediata do contrato entre Estado e OS.

Segundo os técnicos da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) que realizaram o estudo no



Foto: Divulgação

CONSELHEIRO Kennedy Barros: decisão após defesa

contrato, o Governo poderá chegar a gastar mais com a gestão da OS do que quando era apenas gerido pelo Esta-

do. De acordo com o assessor jurídico José Américo da Costa Júnior, que fez parte da auditoria, além dos R\$ 37 milhões que anualmente o Estado gastava com o hospital, terão de ser repassados para a OS, mais R\$ 9 milhões em dotação orçamentária. Outro problema, diz o técnico

é que o Governo não explicou ainda de onde virão esses recursos. "Com base no contrato serão necessários R\$ 9 milhões a mais do que o que o

Estado tem condições hoje de repassar e vai ter que procurar de onde vai retirar esses recursos, algo que não está dito no contrato", disse o técnico.

Esses e outros questionamentos constam na auditoria realizada pelo TCE. O secretário da Saúde, Francisco Costa, afirma que todos os pontos levantados pelo Tribunal serão respondidos. O conselheiro Kennedy Barros, que é o relator da auditoria no órgão, por sua vez, afirmou que a deliberação sobre a suspensão do contrato só sairá depois da defesa do Estado. "A deliberação levará em conta a defesa do gestor, o objetivo é afastar qualquer alegação de cerceamento de defesa, finalizou Kennedy. (CS)

Uso indevido de depósitos emperra liberação de R\$ 13 milhões

A Associação dos Magistrados questiona a utilização desses recursos pelo Governo do Estado no pagamento de dívidas previdenciárias

LUCIANO COELHO

REPÓRTER DE POLÍTICA

O Governo do Estado ainda tem pouco mais de R\$ 13 milhões sendo questionado para liberação de depósito judicial, que são valores de terceiros, relacionados a ações judiciais em andamento que ficam depositados em uma conta até que as sentenças sejam cumpridas. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, há R\$ 268 milhões em depósitos judiciais no Piauí, sendo que 70% desse valor o Governo do Estado é parte, o que equivale a R\$ 48 milhões. Pela legislação, o Executivo é o beneficiário apenas nas ações envolvendo depósitos judiciais em que é parte envolvida.

O problema, segundo o desembargador Raimundo Eufrásio, é que pela lei, esses recursos deveriam estar, prioritariamente, sendo usados para pagar precatórios e só, posteriormente, para cobrir déficits com previdência e outros gastos previstos na lei. De acordo com ele, o Estado do Piauí estaria descumprindo



PRESIDENTE DO TJ-PI, Raimundo Eufrásio Filho: recursos deveriam estar sendo usados para pagar precatórios

essa norma e aplicando esses recursos provisórios para pagamento de seus déficits com a previdência.

Raimundo Eufrásio disse que os mais de R\$ 13 milhões em depósitos judiciais, que não foram liberados ainda para o Estado, estão sendo questionados porque se referem a contas com valores indefinidos ou controversos. Essas contas têm valor variado de R\$ 0,8 centavos a mais de R\$ 3 milhões, em processos que às vezes tem mais de três mil páginas.

Para a liberação do dinheiro foi assinado um termo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para a fiscaliza-

ção na aplicação do dinheiro. Mas a condição prioritária, segundo o presidente do TJ-PI, foi que esse valor fosse usado para pagar precatórios. "A prioridade é o pagamento de precatórios, e, se sobrar, para pagar a previdência. Temos que ver a destinação", frisou o magistrado.

No mês passado, o presidente do TJ-PI tinha suspenso o repasse dos depósitos judiciais para o Estado, por carta de ordem, e depois autorizou a liberação. Mas a lei que autorizou a liberação está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Os juízes estão questionando a liberação dos valores, argumen-

tando que o uso do dinheiro foi desvirtuado pelo Governo, ao mudarem as prioridades em desacordo com as determinações da lei.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ingressou com ação questionando a constitucionalidade da lei, o uso do dinheiro e as prioridades. O desembargador Eufrásio afirmou que o Judiciário não poderia alterar a lei que foi aprovada na Assembleia Legislativa do Piauí. Se no julgamento do STF ficar comprovado que houve divergência e desobediência à ordem das prioridades, o Estado terá que devolver o dinheiro para a prioridade determinada pela lei.

Foto: Divulgação

TCE fiscaliza aplicação de depósitos no Piauí

O Piauí foi um dos poucos estados brasileiros que fez um termo de fiscalização do uso do dinheiro dos depósitos judiciais. Esse controle passa pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e teve a concordância do Governo do Estado e do Tribunal de Justiça do Piauí. O TCE-PI formou uma comissão de controle de arrecadação e repasse do fundo de reserva. No termo de compro-

misso foi designada a auditora de controle externo do TCE-PI, Maria Valéria Santos Leal, para operacionalizar a transferência de parte dos depósitos judiciais e administrativos para pagamento de precatórios, custeio da previdência social e amortização da dívida com a União, diz o termo subscrito pelo conselheiro Luciano Nunes, presidente do TCE-PI.

"O dinheiro que vai para lá quem fiscaliza a aplicação é o

TCE. A lei diz que a prioridade é pagar precatório, e, se sobrar, para previdência e depois para o pagamento da dívida pública com a União", explicou o presidente do TJPI, desembargador Raimundo Eufrásio.

"Aqui, a lei foi invertida para previdência e para precatório. Essa inversão é questionada. O dinheiro, se não foi aplicado corretamente e não foi fiscalizado corretamente pelo TCE, tem que ver e

eleger o pagamento de precatório para garantir os pagamentos, de acordo com a "prioridade", complementou o magistrado.

Ele fez questão de dizer que não cabia ao TJPI fazer nenhuma alteração à lei estadual. Se o STF dizer que está errado, tem que saber quanto foi gasto e o dinheiro revertido para o pagamento da prioridade. (LC)

Wellington diz que uso de recursos segue a lei

O governador Wellington Dias (PT) assegurou que o governo está totalmente dentro da lei para resgatar e utilizar os recursos de depósitos judiciais. Ele disse que o Piauí tem agido diferente de outros estados, que, por exemplo, utilizaram depósitos em que o Estado não é parte e utilizaram o dinheiro para pagar a folha de servidores.

"Estamos cem por cento afinados com a decisão do Supremo. O Estado paga os precatórios na forma como foi acertado com o Tribunal de Justiça. Temos um acordo e um valor mensal que pagamos de precatório. Mas poderíamos usar os depósitos também para outros fins", infor-



ENCONTRO dos secretários de Educação: pacto pela erradicação do analfabetismo

mou o governador.

Segundo dados do Governo do Estado, no Banco do Brasil, o Estado é parte em

depósitos judiciais que chegam a R\$ 21.276.319. Desse, o governo pode usar 70%, correspondente a R\$ 14 mi-

lhões. O restante vai pro fundo de reserva. Esses R\$ 14 milhões já foram disponibilizados para o governo, mas não foram utilizados ainda. Na Caixa Econômica, o Estado é parte em R\$ 25 milhões em depósitos judiciais, mas ainda não teve nenhum valor disponibilizado.

De acordo com os valores informados pelo TJPI, o Estado repassava, até o ano passado, R\$ 7 milhões todo mês para o pagamento do conjunto de precatórios, os do Tribunal de Justiça, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. A partir do mês de janeiro esse valor foi reajustado para R\$ 9 milhões. (LC)